

INDUSTRIALIZAÇÃO E PATRIMÓNIO INDUSTRIAL: DESENVOLVIMENTO E CULTURA

**Professor Doutor José Amado Mendes
(Faculdade de Letras de Coimbra)**

A industrialização constitui um fenómeno histórico de grande relevância, que só encontra paralelo no advento da agricultura, no período do Neolítico (que, na Europa, se verificou entre 5 000 a.C. e 2 000 a.C.). A proximidade da referida industrialização, por um lado (trata-se de algo que apenas se concretizou nas últimas duas centúrias), e a sua natureza (uma vez que se relaciona com o mundo do trabalho e do quotidiano, das máquinas e dos produtos, por vezes pouco valorizado), por outro, contribuem para que, na investigação como na própria educação, não se lhe atribua o lugar que, efectivamente, merece.

Uma parte considerável das nossas vidas e do ambiente (social e paisagístico) que nos rodeia tem as suas raízes, directa ou indirectamente, na industrialização. Por exemplo, numa obra acabada de publicar, o autor afirma:

«Tem sido estimado que uns 70% da nossa paisagem construída data do período da revolução industrial»¹.

Além disso, é difícil encontrar aspectos da nossa realidade em que aquela não tenha exercido ou não exerça alguma repercussão, desde a demografia aos sistemas de transporte e comunicações, da alimentação e do vestuário ao alojamento, do quotidiano e do lazer à arte e à literatura, da higiene à medicina, da ciência à tecnologia, para dar apenas alguns exemplos.

Como já foi notado, «os vestígios dos últimos 200 anos dominam hoje a paisagem»².

Na impossibilidade de, nas presentes circunstâncias, analisar exaustivamente um processo histórico de tal envergadura e significado, vou apenas seleccionar alguns tópicos para reflexão, com vista a obter-se uma compreensão mais completa e abrangente do mesmo. Poderei acrescentar outros aspectos ou aprofundar alguns dos focados sumariamente, no debate que se seguirá.

1. Realidade e conceitos

¹ Elianor Conlin e James Symonds (eds.), *Industrial Archaeology. Future Directions*, Nova Iorque, Springer, 2005, p. 33.

² *Idem*, p. 97.

No último quartel do século XVIII, na Grã-Bretanha (e, em numerosos outros países, já nos séculos XIX e XX), começou a operar-se uma profunda transformação socioeconómica e cultural que, paulatinamente, daria origem a um novo mundo. Este viria a ser muito diferente do que existia no Antigo Regime, designado, por Peter Laslett, como *O Mundo que nós perdemos*, título de uma das suas obras³.

O aproveitamento, de forma massiva e eficiente, da energia a vapor permitiu libertar a indústria dos condicionalismos geográficos impostos pelas energias tradicionais (hidráulica, eólica e das marés) e invadir as cidades e respectivos subúrbios, ao mesmo tempo que a máquina a vapor (patenteada por James Watt, na Grã-Bretanha, em 1769) possibilitou aumentar extraordinariamente a produção e a produtividade, com menor esforço humano e economia de mão-de-obra. Assim, estava aberto o caminho para:

- a exploração da indústria extractiva (hulha, ferro e outros minerais);
- o desenvolvimento do têxtil e de numerosos outros ramos industriais;
- a mecanização dos transportes (terrestres, através do comboio, e fluviais e marítimos, por meio do “vapor”);
- a produção em série e grandes quantidades, com a conseqüente redução do preço unitário e a massificação do consumo.

Após esta primeira vaga, cujas inovações e respectiva difusão prevaleceram ao longo de cerca de um século, uma outra surgiu, nas últimas décadas de Oitocentos e inícios de Novecentos, com a electricidade, o motor de combustão interna, a exploração do petróleo e o crescimento da indústria química, com os seus reflexos em diversas actividades.

Mais recentemente, por meados do século passado (no pós-II Guerra Mundial), entra-se numa nova fase, caracterizada pela energia nuclear, os progressos extraordinários nas telecomunicações e na aviação, as viagens interplanetárias e o *boom* informático, com as suas múltiplas aplicações e conseqüências.

Até aos inícios dos anos de 1970, o fenómeno acabado de sintetizar era geralmente classificado como **revolução industrial** que, de acordo com as fases também referidas, se teria registado segundo três etapas. Para acentuar as diferenças essenciais entre elas, alguns autores falavam mesmo de **1.ª, 2.ª e 3.ª revolução industrial**.

Esta expressão, começada a usar já na década de 1830 (isto é, cerca de meio século depois do seu arranque), só viria a popularizar-se após Arnold Toynbee ter publicado as suas famosas lições sobre o tema, em 1884.

Quase cem anos mais tarde, depois da edição de um número considerável de

³ Peter Laslett, *O Mundo que nós perdemos* (trad. do Inglês), Lisboa, Edições Cosmos, 1975.

estudos sobre aquela e de a expressão ter sido acriticamente usada por investigadores, difundida no ensino e vulgarizada pelos manuais, começou a ganhar terreno a perspectiva segundo a qual o conceito de revolução industrial deveria ser usado com parcimónia, pois só se adequava a realidades muito específicas, como a da Inglaterra, mas que não deveria ser aplicada a muitos outros países. As diferenças passam essencialmente pelo seguinte:

a) intensidade e rapidez com que aquela se verificou (num período relativamente curto, de meio a três quartos de século);

b) pelo próprio modelo adoptado. De facto, enquanto a revolução industrial inglesa se consolidou entre cerca de 1770 e 1850 — a qual teve como principais ingredientes a máquina a vapor, o carvão mineral (como combustível usado por aquela) e a indústria têxtil —, já em muitos outros países, incluindo Portugal, o processo foi muito mais lento (ao prolongar-se por mais de uma centúria) e verificou-se quase em simultâneo em diversos tipos de indústria, tendo a energia a vapor ocupado um lugar relativamente modesto⁴.

No que concerne ao caso português, os investigadores têm tido dificuldade em encontrar resposta plausível para estas duas perguntas:

- terá havido, em Portugal, uma revolução industrial?
- em caso afirmativo, em que período terá ocorrido?

Têm sido dadas diversas respostas, mas que estão longe de ser unânimes e, inclusive, convincentes.

Durante anos, ao considerar-se o *Dicionário de História de Portugal* (dir. por Joel Serrão) como uma espécie de “Bíblia” (sem pôr em causa, obviamente, o notável contributo desta obra, para a renovação da historiografia portuguesa, no último meio século), admitiu-se que a revolução industrial terá chegado a terras lusas com a máquina a vapor aplicada à indústria, o que, segundo então se supunha, teria ocorrido em 1835⁵.

Ora, sabemo-lo hoje, a introdução daquela não apenas se processou década e meia mais cedo (1820-1821) como, devido ao escasso número de máquinas introduzidas nas décadas imediatas (cerca de 70, entre 1820 e 1850), daí não se pode inferir ter-se dado, então, uma verdadeira revolução industrial.

Por outro lado e ao contrário do que por vezes é admitido, diferentemente do que se passou com o modelo britânico de revolução industrial, a primeira fase do desenvolvimento industrial, entre nós, ficou a dever-se muito mais à

⁴ Acerca dos conceitos de revolução industrial e industrialização, ver o meu trabalho intitulado *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, p. 20-25.

⁵ Joel Serrão, «VAPOR, MÁQUINA DE», Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 247.

energia hidráulica que à do vapor. Provam-no, por exemplo, os casos dos lanifícios, na Covilhã e localidades da respectiva área, e da indústria algodoeira, no Vale do Ave, que, há algum tempo, tive o ensejo de estudar de perto e com alguma profundidade⁶.

Também investigações recentes, efectuadas noutros países ou áreas (por exemplo, da Irlanda e dos Estados Unidos da América), sublinham esse aspecto, relativo à importância da força motriz hidráulica, nas primeiras fases do desenvolvimento das respectivas indústrias. A abundância de recursos hídricos e o aperfeiçoamento da tecnologia (com destaque para a roda hidráulica, primeiro, e para a turbina, em seguida) ajudam a explicar o fenómeno.

Assim, para a maior parte das realidades de numerosos países, em vez de se falar de **revolução industrial**, é mais apropriado referir-nos a **industrialização**. Trata-se de uma designação mais neutra e adequada, como já em 1970 era sugerido por especialistas, então reunidos em Lyon, num congresso sobre a temática.

Mas, em que consistiu, efectivamente, o processo da industrialização? Esta pode ser assim definida:

«Um sistema de produção que envolve especialistas a tempo inteiro, trabalhando em fábricas que visam obter o máximo rendimento para os seus proprietários, que não produzem directamente»⁷.

Da industrialização (a qual, embora iniciada no sector secundário, veio depois a verificar-se também nos sectores primário e terciário) resultam numerosas consequências, umas positivas, outras negativas. Entre as primeiras contam-se:

- a abundância de produtos, a preços competitivos, o que permite o seu consumo generalizado;
- a melhoria das condições de vida, em domínios tão diversos como a alimentação, o vestuário, o calçado e a habitação;
- os electrodomésticos que possibilitaram aquilo a que já se chamou a “mecanização do lar”⁸;
- a comunicação e os transportes mais céleres e cómodos;
- o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, sem esquecer a medicina, a higiene e os equipamentos colectivos (energia, água,

⁶ José Amado Mendes, «A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional», José Amado Mendes e Isabel Maria Fernandes (coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, Vila Nova de Famalicão, Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave - ADRAVE, 2002, p. 12-37.

⁷ E. Conlin e J. Symonds (eds.), *op. cit.*, p. 7.

⁸ O assunto foi analisado por S. Giedion, *La mécanisation au pouvoir. Contribution à l'histoire anonyme*, t. III: *La mécanisation a la maison* (trad. do Inglês), Paris, Centre Georges Pompidou/CCI, 1980.

saneamento e abastecimento), para já não falar mais especificamente da cultura, em geral (cinema e televisão, teatro e literatura) e da arte, em particular.

Uma obra que viria a tornar-se clássica, intitulada **Arte e Revolução Industrial**, de Francis Klingender, termina assim:

«Na nossa era nuclear deixa-se aos historiadores a tarefa de fixar com exactidão as proezas da era do ferro, do carvão e do vapor e dos grandes artistas que se interessaram pelas suas imagens»⁹.

Mas, como diz o povo, não há bela sem senão! A industrialização também tem vindo a contribuir, por exemplo, para a exploração exagerada de recursos naturais, o aumento da poluição, a degradação do ambiente e o desaparecimento de belas paisagens naturais. São também conhecidas as deficientes condições laborais dos operários, em particular na sua primeira fase.

Ainda acerca de conceitos, recordo os seguintes, cada um deles com o seu significado e a sua história: *indústria* (que, até ao século XIX, tinha uma acepção mais lata), *oficina*, *manufactura* (nos seus dois sentidos) e *fábrica*¹⁰.

2. Património industrial, subproduto da industrialização mas não só

O processo industrializador vai deixando as suas marcas ou vestígios materiais que, ao contrário do que se possa imaginar, são dotados de significativas potencialidades.

Em primeiro lugar, trata-se de testemunhos ou fontes históricas que nos ajudam a compreender melhor a história do homem e das sociedades. Tradicionalmente, o historiador contentava-se com a exploração dos documentos escritos (de preferência manuscritos e inéditos), que considerava como fontes praticamente exclusivas.

Essa perspectiva levava, inclusive, a que se identificasse a História com a própria existência de fontes escritas, o que induzia a classificar o período precedente como Pré-História, ou seja, à letra, “antes da História”. Todavia, com o dealbar da chamada *nova história* (pelos anos 1930), a atenção dos investigadores começou a voltar-se também para novos tipos de fontes, em sintonia com o alerta lançado por Lucien Febvre, ao afirmar:

«A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se, sem documentos escritos, se estes não existem [...] Com palavras. Com sinais. Com paisagens e telhas. Com as formas dos campos e as ervas más. Com os eclipses da lua e a

⁹ Francis D. Klingender, *Arte y Revolución Industrial* (trad. do Inglês), Madrid, Ed. Cátedra, 1983, p. 289.

¹⁰ J. Amado Mendes, *op. cit.*, p. 16-25.

maneira de ordenhar as ovelhas. Com o exame das pedras pelos geólogos e a análise das espadas de metal pelos químicos. Numa palavra, *com tudo aquilo que depende do homem, serve para o homem, significa a presença, a actividade, os gostos e amaneira de ser do homem*»¹¹.

No que à história da indústria diz respeito, mais premente se torna aquela recomendação. Com efeito, muito do que se relaciona com o trabalho manual (que, nas antigas Grécia e Roma, era reservado à mão-de-obra escrava!) ou mecânico, não passa pela documentação escrita ou, se passa, esta muitas vezes é inutilizada, logo que deixa de ser económica e funcionalmente útil. Há muito a fazer, neste domínio, para preservar, sempre que possível, os arquivos empresariais, imprescindíveis para o desenvolvimento da História das Empresas, domínio que continua em franco desenvolvimento¹².

Deste modo, para se estudarem a transformação das matérias-primas, as infra-estruturas relativas à produção, às comunicações e ao abastecimento, mesmo em presença de fontes escritas, iconográficas ou orais, não podemos deixar de prestar atenção às evidências materiais: antigas fábricas, bairros operários ou habitações de patrões e pessoal dirigente, máquinas e utensílios, material circulante e estações ferroviárias, pontes e viadutos, mercados, estações elevatórias e depósitos de água, centrais eléctricas, electrodomésticos, produtos ou respectivos moldes, moinhos hidráulicos, eólicos e de maré, lagares de azeite ou de vinho, oficinas de natureza diversa, etc.

Naturalmente que a análise destas fontes não nos dispensa de consultar outras, como as dos ditos arquivos empresariais, a imprensa local, a documentação oficial, em arquivos governamentais ou municipais e esse manancial de informação, que são os livros de notas dos notários.

Acrescente-se, porém, que os vestígios materiais da industrialização não têm somente um valor de testemunho ou de prova, útil ao investigador. Têm também um valor em si mesmos, pois trata-se de uma parte muito significativa do nosso património cultural, designadamente de **património industrial**.

A exemplo da revolução verificada no âmbito da história (com a sua democratização e a perda do carácter eminentemente factual, cronológico, político e militar), também a noção de património tem vindo a sofrer uma profunda transformação.

¹¹ *Apud* M.^a Biel e Francisco J. Jiménez (coords.), *Património Industrial en la Provincia de Zaragoza. Valdejalón*, Zaragoza, Confederación de Empresarios de Zaragoza/Institución Fernando el Católico/Diputación de Zaragoza, 2005, p. 10 (itálico meu).

¹² Ver, por exemplo: Mário Cerutti (coord.), *Empresas y grupos empresariales en América Latina, España y Portugal*, Monterrey (México), Universidad Autónoma de Nuevo León/Universidad de Alicante, 2006; José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe (coord.), *Estudos do Século XX*, n.º 4: *Empresas e Empresários*, 2004.

Por um lado, o conceito adquiriu uma maior abrangência, deixando de se circunscrever, como aconteceu até meados do século XX, ao religioso, ao militar e aos monumentos arqueológicos de épocas antigas. Assim, deixou de fazer sentido falar-se em património cultural em sentido restrito, para passar a considera-se um variada gama de patrimónios culturais ou, se se preferir, parcelas integrantes do património cultural, considerado no seu conjunto.

De facto, são bem conhecidas expressões como as seguintes: património edificado e património natural; património artístico e património linguístico; património arqueológico e património militar; património religioso, património naval e património agrícola, património mineiro e património industrial.

Ou seja, em vez de se tratar de um noção estática e definida de uma vez para sempre, estamos face a um conceito dinâmico, histórico por natureza e que, por isso mesmo, vai evoluindo consoante a época e os próprios condicionalismos históricos.

Por outro lado, tem vindo a ganhar força uma nova concepção de património, tanto no que se refere a seu valor (histórico, estético, de uso, económico, identitário, alicerce de memória, etc.) como à sua utilidade e aproveitamento.

Entende-se actualmente (e bem, do meu ponto de vista), que não compete ao homem apenas preservar o património cultural e transmiti-lo, se possível inalterado, aos vindouros. Pelo contrário: temos a obrigação de o estudar e preservar, sem dúvida, mas devemos também estar atentos aos “novos territórios do património” — expressão muito usada por autores franceses — que, entretanto, têm surgido em períodos mais recentes e, bem assim, valorizar e reutilizar esse mesmo património, colocando-o ao serviço das comunidades e melhorando, também por essa via, o seu bem-estar e qualidade de vida.

Assim entendido, o património cultural, longe de constituir um fardo ou um encargo, difícil de suportar, torna-se um recurso, uma mais-valia, disponível para quem saiba e deseje aproveitá-la.

3. O património industrial como factor de desenvolvimento e meio de cultura

Em sentido genérico, o património industrial, como realidade, é quase tão antigo como o próprio homem, pois desde há milénios que este transforma as matérias-primas e que, dessa actividade, resultaram vestígios. Contudo, do ponto de vista conceptual, o percurso é mais curto e concentra-se, essencialmente, no último século.

De facto, até meados do século XX (que podemos considerar como uma espécie de pré-história do dito património), ficaram-nos:

Industrialização e Património Industrial: Desenvolvimento e Cultura
(Professor Doutor José Amado Mendes)

- a inovadora proposta de Sousa Viterbo, em 1896, para que se adoptasse a designação de **arqueologia industrial** (uma vez que também se falava da arqueologia da arte)¹³;
- e os estudos de alguns investigadores (em número muito escasso, diga-se de passagem) que se interessaram pelo património industrial.

Foi, porém, no pós-segundo conflito mundial (anos 1950-60) que se lançaram, verdadeiramente, as bases da arqueologia industrial e a valorização do seu objecto, ou seja, do património industrial¹⁴. Paulatinamente, constituíram-se associações de defesa desse património, efectuou-se investigação, criaram-se revistas especializadas e publicaram-se obras.

Um pouco mais tarde, aquela começou a entrar na Universidade (criando-se disciplinas e cursos e defendendo-se dissertações de mestrado e de doutoramento), ainda que com reticências, da parte de alguns. No que me diz respeito (se me é permitido), foi por minha iniciativa que a Arqueologia Industrial começou a ser leccionada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, há 21 anos (1985), o que tem vindo a suceder sem interrupção e prossegue, em nossos dias.

Para esse despertar de investigadores, de docentes e da comunidade, em geral, para as potencialidades do referido património contribuíram, por exemplo:

- a já referida democratização da história, que permitiu recuperar, para a “agenda da investigação”, assuntos até então ignorados (o trabalho, o lazer, o quotidiano, a vida privada e, socialmente, os anónimos, os sem vós, os marginais e os grupos minoritários);
- as vastas destruições efectuadas no contexto da II Guerra Mundial e a conseqüente necessidade de reconstrução;
- o rápido crescimento económico que então se verificou, nos já chamados “30 anos de ouro do século XX” (1950-1980) e a inerente “destruição criadora”, usando a conhecida expressão de Schumpeter;
- o já mencionado alargamento do conceito de património e a consciência de que, precisamente quando se entrava numa nova fase da industrialização e se tornava possível estudar devidamente as duas anteriores, estavam a ser destruídos testemunhos importantes e, em certos casos, até monumentos

¹³ Francisco Marques Sousa Viterbo, «Arqueologia industrial portuguesa. Os moinhos», *O Archeologo Português*, vol. II, números 8 e 9, 1896.

¹⁴ Entre diversos outros estudos sobre a temática, além do já citado anteriormente (nota 1), apenas referencio, a título de exemplo, os seguintes: Laura Faustini, Elisa Guidi e Massimo Misiti (ccords.), *Archeologia Industriale. Metodologie di recupero e fruizione del bene industriale. Atti del Convegno (Prato, 16-17 giugno 2000)*, Folença, Ed. Edifir, 2001; José Amado Mendes, «Novas metodologias em História Económica. A Arqueologia Industrial», *Revista Portuguesa de História*, t. XXX, 1995, p. 3-70.

industriais célebres (o nosso Palácio Cristal, no Porto, Les Halles, em Paris, e a Euston Station, em Londres, são apenas alguns dos exemplos mais conhecidos).

Como se deduz do que acabo de expor, o património é um das suas vertentes mais dinâmicas (o património e a arqueologia industrial) encontram-se actualmente no centro da cultura contemporânea¹⁵. Uma investigadora da temática, Kate Clark, reportando-se aos valores do património, enumera os seguintes:

- fonte de aprendizagem;
- recurso social que envolve pessoas;
- parte do ambiente;
- algo que contribui para o desenvolvimento da economia;
- faz a ligação ao desenvolvimento sustentável;
- não interessa apenas aos especialistas¹⁶.

Atendendo à importância do património e aos valores que hoje lhe são atribuídos, não surpreende que ele esteja presente em muitas circunstâncias e situações, relacionadas com a pesquisa e a educação, a memória e a identidade das populações, o planeamento urbanístico e cultural e o desenvolvimento.

3.1. Investigação e educação patrimonial. A história e a historiografia estão em permanente revisão, perante novas perspectivas, metodologias ou testemunhos. Por tal motivo, a história geral e, muito particularmente, a história local necessitam de ser reequacionadas à luz de novos contributos, nomeadamente da arqueologia industrial.

Com efeito, as monografias locais, salvo raras excepções, não contemplam a realidade industrial ou mesmo os aspectos relacionados com a distribuição e o consumo. Todavia, estes e outros aspectos estão bem presentes na memória das pessoas e fazem parte da sua identidade.

Daí tornar-se imperioso que os estudos da história local incluam mais frequentemente tópicos como as actividades produtivas, os sistemas e meios de transporte e comunicações, o abastecimento (não só de produtos como de água, gás e electricidade) e o consumo.

Por sua vez, as novas vertentes do património, com destaque para o património industrial, devem penetrar mais sistematicamente nos programas escolares e estar presentes no processo de ensino-aprendizagem, o que ainda só raramente acontece.

¹⁵ Obra referenciada na nota 1, p. 40.

¹⁶ *Idem*, p. 96-97.

Quantas vezes se organizam visitas de estudo a monumentos tradicionais (sobeiramente conhecidos e ícones da nossa história e cultura), mas se ignoram outros que, apesar de se encontrarem bem próximo e acessíveis, ainda não foram interiorizados como peças integrantes do património cultural.

Para ser mais preciso, defendo que numa visita a Lisboa, por exemplo, além do Mosteiro dos Jerónimos, do Padrão das Descobertas, do Museu dos Coches ou do Museu Nacional de Arte Antiga, também merecem ser apreciados o Museu da Electricidade, na Central Tejo, o Museu da Água, na antiga Estação Elevatória dos Barbadinhos, o Aqueduto das Águas Livres e a Mãe de Água. Mais exemplos poderiam ser dados, para outras localidades, do país ou mesmo estrangeiras.

Devem aproveitar-se as oportunidades para ir sensibilizando os alunos (de todas as idades, claro, pois cada vez se valoriza mais a educação ao longo da vida), para os já mencionados novos territórios do património, para que, muito do que está em vias de ser destruído ou ignorado, possa ainda ser valorizado e aproveitado, em favor de todos e, sobretudo, das comunidades locais.

Ensinaram-nos a apreciar e a respeitar certo tipo de monumentos (espólio arqueológico, castelos e igrejas medievais, obras de arte de autores célebres), mas não nos sensibilizaram para os monumentos de outras épocas, nomeadamente mais recentes (fábricas com suas antigas chaminés, máquinas de vários tipos, centrais elevatórias e eléctricas ou locomotivas a vapor). Contudo, são estes, e não aqueles, que melhor representam a história dos últimos dois séculos ou, como vimos antes, da industrialização. Um autor já chamou às fábricas as ***catedrais da época contemporânea***.

3.2. O património ao serviço do desenvolvimento ou a ainda difícil relação entre cultura e economia

Numa sociedade elitista e defensora de uma concepção de **Cultura** (com maiúscula) e não de **culturas**, não fazia muito sentido falar da vertente económica do património. Na actualidade, porém, isso faz todo o sentido, pois há uma consciência mais apurada dos direitos de cada um e da necessidade de gerir bem os recursos (públicos ou privados) que, como é sabido, são sempre escassos.

Como a desindustrialização de vastas áreas, outrora muito desenvolvidas, deixou espaços e sítios desactivados, há que saber reutilizar muitos deles, dando-lhes como que uma “segunda vida” e valorizando-os, cultural e economicamente.

Com o espaço que o **turismo cultural** tem vindo a conquistar, há que diversificar a oferta dos locais ou sítios a visitar e integrar, harmoniosamente e com imaginação, o património histórico nas condições e na realidade actual.

Nem se trata, sequer, de inventar novos procedimentos, mas tão-só de levar a cabo um maior número e iniciativas semelhantes a outras já ensaiadas.

Por essa via, tem sido salvaguardado património industrial que, doutro modo, estaria destinado a ser demolido ou, no mínimo, a permanecer de pé apenas devido à inércia ou ao desinteresse dos responsáveis.

Muitos exemplos poderiam ser dados, mas os seguintes parecem-me suficientes, além dos já referidos Museus da Electricidade e da Água, em Lisboa: o Museu do Carro Eléctrico, no Porto; o Museu dos Lanifícios, na Covilhã; o Centro Cultural de Aveiro, na antiga Fábrica de Cerâmica Jerónimo Pereira Campos; a musealização do Moinho de Maré de Corroios, no Seixal; o Museu Ferroviário das Delícias, em Madrid, numa antiga estação ferroviária; o Tate Modern, em Londres, um dos museus mais famosos do Mundo, numa antiga central termoelétrica¹⁷.

Antes de concluir, poder-se-á perguntar: que fazer, para mudar mentalidades e comportamentos?

Entre outras medidas a tomar, as seguintes parecem-se fundamentais:

- **Educação.** Contemplar mais significativamente o património industrial nas actividades de investigação e lectivas. Enquanto os programas não o proporcionarem, de forma satisfatória, ao menos que se utilize a chamada “porta de serviço”, como se sugeria em Inglaterra, já nos anos de 1960. Aquela consiste em aproveitar as oportunidades oferecidas pelos programas em certas rubricas (revolução industrial, revolução agrícola e revolução dos transportes, desenvolvimento dos transportes e comunicações, comercialização e distribuição de bens, entre outras), para chamar a atenção dos alunos para os monumentos industriais existentes na área das respectivas escolas.
- **Inventário.** Que se proceda a inventários, rigorosos e metodologicamente actualizados, com vista o conhecer-se o que existe, para posterior estudo, investigação e eventual reutilização. Por exemplo, acaba de ser publicado um interessante inventário de uma parte da Província d Saragoça, em Espanha¹⁸; também na Grã-Bretanha têm sido publicados inventários do género¹⁹. Enquanto não for possível inventariar o património industrial em todo o país, pelo menos que se tomem iniciativas (ou que se

¹⁷ Como instituição museológica de extraordinário sucesso (já que «no ano passado, a Tate fez 4,1 milhões de visitantes, quando foi desenhada para receber apenas 1,8 milhões»), vai ser brevemente intervencionada com um acréscimo de grande valor estético e museológico, o qual aumentará o seu tamanho em 60% (Isabel Salema, «Nova Tate é uma “montanha de vidro” aberta a Londres», *Público*, de 27 de Julho de 2006, p. 25).

¹⁸ Citado *supra*, nota 11.

¹⁹ Veja-se o seguinte exemplo: Derek Bayliss (ed.), *A Guide to the Industrial History of South Yorkshire*, Londres, Association of Industrial Archaeology, 1995.

prossigam outras, já iniciadas), por concelho, freguesia ou mesmo localidade.

- **Intervenção de especialistas.** Não obstante a escassez de recursos humanos nesta área, há toda a vantagem em integrar técnicos, com conhecimento e sensibilidade no que toca ao dito património industrial, em equipas multidisciplinares, constituídas por engenheiros, arquitectos, arqueólogos, museólogos, juristas, etc. Em meu entender, há que institucionalizar, como prática habitual, aquilo que, embora timidamente, já vai sendo efectuado por certas organizações.